

CONCEPÇÕES DE SISTEMA DE ESCRITA ALFABÉTICA EMITIDOS POR PROFESSORAS ORIENTADORAS DE ESTUDOS

NATÁLIA DEVANTIER DE OLIVEIRA¹; MARTA NORBERG²

¹UFPel – Programa de Pós-Graduação em Educação – nathydevantier@yahoo.com.br

²UFPel – orientadora- martaze@terra.com.br

1. INTRODUÇÃO

O trabalho tem como temática central as concepções de sistema de escrita alfabética, emitidas por professoras orientadoras de estudo (OEs), participantes do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC). Faço um recorte do projeto de pesquisa de mestrado, apresentando uma análise preliminar de 79 textos produzidos por orientadoras de estudos, os quais foram coletados a partir de encontros de estudos vinculados ao programa de formação continuada do PNAIC, coordenados pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Saliento que este trabalho de investigação está vinculado ao Observatório da Educação “Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Formação de professores e melhoria dos índices de leitura e escrita no ciclo de alfabetização (1º ao 3º ano do ensino fundamental)”, identificado pela sigla Obeduc-Pacto.

Alguns estudos realizados por GROSSI (1990), SOARES (2003), LEMLE (2007), MORAIS (2008), que contribuem para a qualidade do ensino e uma melhor compreensão do processo de alfabetização, vêm sendo cada vez mais estudados no campo da educação. Os estudos de FERREIRO e TEBEROSKY (1984), fundamentados na proposta construtivista de Jean Piaget, trouxeram uma nova visão para a compreensão do processo de aprendizagem pelo qual as crianças passam durante o período em que estão adquirindo a leitura e a escrita. Antes da difusão das ideias da Psicogênese, a preocupação dos professores de séries iniciais era, de modo geral, referente ao método a ser utilizado para alfabetizar.

A partir desses estudos, houve um deslocamento da preocupação relativa ao método e passou-se a pensar mais sobre o modo como o sujeito aprende, bem como sobre as hipóteses que ele constrói sobre a língua escrita, antes e depois de chegar à escola. Nota-se, no entanto, que alguns professores, por medo de cair numa prática de ensino caracterizada como “tradicional”, e acreditando desenvolver um trabalho construtivista, acabaram por negligenciar o ensino de conteúdos escolares.

Contudo, sabemos que não é uma tarefa fácil pensar em meios de ensinar a ler e escrever, visando uma proposta de letramento e lembrando que os sujeitos dessa aprendizagem são crianças de seis anos; mas, é responsabilidade do pedagogo proporcionar situações de ensino sistematizadas e contínuas de leitura e escrita para seus alunos. Com isso, a partir dos estudos realizados no âmbito da formação realizada no PNAIC-UFPel, as professoras alfabetizadoras puderam ampliar o olhar sobre os conceitos de Sistema de Escrita para que, assim, inserissem em suas práticas momentos de reflexão sobre a língua, proporcionando uma aprendizagem mais significativa.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é identificar se e o que as orientadoras de estudos escrevem sobre os conhecimentos específicos relativos à aquisição da língua escrita.

2. METODOLOGIA

Um dos instrumentos de coleta utilizado pelo grupo de pesquisadores do projeto Obeduc-Pacto para acompanhar as atividades de formação do PNAIC–UFPel, são textos produzidos pelas OEs a partir de questões que já estavam sendo discutidas e refletidas durante a formação. As questões mobilizadoras para a escrita partiam sempre da temática que estava sendo estudada na formação e as formadoras realizavam e aprofundavam essas questões. A equipe de pesquisadores do projeto Obeduc-Pacto indicou um roteiro de como conduzir a coleta, que foi aplicada pelas formadoras, garantindo assim um padrão na forma de coletar os textos. Algumas orientações foram dadas, como: não interferir ou sugerir pontos para a escrita; garantir que a produção fosse realizada individualmente; observar o tempo destinado para a produção da escrita (até 20 minutos). Cada questão foi apresentada uma de cada vez. Logo em seguida, cada OE, de forma individual e sem consultar seus materiais de estudo, respondia por meio da escrita de um texto, expondo seus conhecimentos sobre o assunto.

Para este trabalho, realizou-se uma análise de conteúdo de 79 textos que trazem as concepções das OEs sobre a temática do sistema de escrita alfabética. Esses textos foram produzidos a partir de duas questões mobilizadoras para a reflexão e escrita: (1) “A escrita alfabética: por que ela é um sistema notacional e não um código?” (2) “Como as crianças dela se apropriam?” A coleta ocorreu durante o 2º encontro de formação das orientadoras de estudo, ocorrido durante o mês de junho de 2013. É importante ressaltar que após as coletas, as produções escritas pelas OEs são digitalizadas e codificadas para que possam ser arquivadas no Banco de Textos do Obeduc-Pacto.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise de conteúdo proposta por MORAES (1999), foram analisados os textos, a fim de identificar as concepções das orientadoras de estudo sobre sistema de escrita alfabética, verificando quais ideias mais apareciam. Estabeleci três unidades temáticas, agrupando as concepções identificadas: (1) compreender o que e como a escrita representa; (2) considerar a compreensão da aquisição da escrita como uma transcrição da língua oral; (3) observar se ao se apropriar do sistema de escrita fazem referências ao letramento.

(1) Compreender o que e como a escrita representa

Segundo SOARES (2006), alfabetizar é adquirir a habilidade de codificar a língua oral em língua escrita (escrever) e de decodificar a língua escrita em oral (ler); e, alfabetização consiste em um processo de representação de fonemas em grafemas (escrever) e de grafemas em fonemas (ler), que significam a compreensão de significados, de se apropriar da escrita como sua.

Nas escritas das OEs foi possível identificar que algumas ainda não têm claro o que a escrita representa; outras já possuem uma concepção de que a escrita é sistema notacional por não ser um processo apenas de memorização e decodificação. Apresento alguns excertos dos textos coletados: “Como as crianças dela se apropriam? Por contato visual, repetição e por “decoreba”. (OE16, 2013); “Não conheço o sistema notacional, acredito que seja aprendizagem no todo, onde a criança se apropria do sistema da escrita. [...]Lendo livro, criando texto, completando letras... Não sei!” (OE18, 2013); “Não sei diferenciar sistema notacional de código, mas penso que o primeiro é muito mais amplo do que somente decodificar símbolos. Há construção, regras, exceções, inferências, criação...” (OE10, 2013)

MORAIS (2012, p. 52) diz que “a teoria da psicogênese nos ensina que a apropriação do SEA não ocorre da noite para o dia, mas sim, pressupõe um percurso evolutivo de reconstrução, no qual a atividade do aprendiz é o que gera, gradualmente, novos conhecimentos rumo à hipótese silábica”. A criança utiliza-se dos conhecimentos prévios que possui sobre a língua, articulados com as informações que recebe sobre esse sistema, e acaba criando hipóteses, que resultam como fonte de desafio e conflito para se apropriar do sistema de escrita alfabética.

No início da alfabetização, a criança ainda não compreende o funcionamento, as regras da escrita, tudo é muito novo para o aprendiz. O professor precisa, então, fazer com que o aluno primeiramente pense sobre a escrita, levando-o a compreender o que ela representa (a linguagem, os gestos, os símbolos, os desenhos, todas as manifestações dos sujeitos); após, identificar como ela representa essa linguagem. E como ressalta umas das orientadoras de estudos, a criança se apropria da escrita “experimentando, construindo hipóteses, vivenciando situações e sendo desafiada.” (OE13, 2013)

(2) Considerar a compreensão da aquisição da escrita como uma transcrição da língua oral

Segundo FERREIRO (1995, p.31), nenhuma prática é neutra, pois todas carregam concepções de como se percebe o processo de aprendizagem e aquisição dessa aprendizagem. MORAIS (2012, p.27) completa dizendo que “por trás de qualquer método de ensino de alfabetização, existe uma teoria sobre o que é o objeto de conhecimento a ser aprendido (...) e sobre como os indivíduos o aprendem”.

A aquisição da escrita, a partir de métodos tradicionais de ensino, é compreendida como uma transcrição da língua oral, como um código a ser decodificado, num processo que acredita ser simplesmente de codificar e decodificar letra/som e que é fácil da criança compreender. MORAIS (2012) ainda exemplifica que tais métodos entendem a escrita como um “código Morse”, em que basta decifrar a escrita com os conhecimentos já adquiridos. Nesse sentido, aparecem algumas considerações das OEs como: “Entendo a escrita como notação do que se fala e não simplesmente a transcrição de letras (códigos), cada palavra representa segmentos sonoros que são falados e nem sempre é exatamente idêntico, é necessário conhecer o SEA.” (OE2,2013); “ A escrita nota aquilo que a gente fala por isso deve-se dar sentido ao registro fazendo esta associação.” (OE8, 2013).

As respostas das OEs salientam a ideia de que SEA está relacionada ao codificar os sons da fala, mas é necessário estar claro que o processo de alfabetização não pode se dar num processo baseado em perceber e memorizar e que nem sempre existe uma relação biunívoca entre letra e som. A criança precisa construir um conhecimento de natureza conceitual, ou seja, entender não só o que a escrita representa, mas de que forma ela representa a linguagem graficamente. Como FERREIRO e TEBEROSKY (1984) dizem, o SEA envolve regras próprias e princípios abstratos.

(3) Observar se ao se apropriar do sistema de escrita fazem referências ao letramento

SOARES (2004, p. 14) diz que “[...] a alfabetização desenvolve-se no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e de escrita [...]”, ou seja, a partir de atividades de letramento, que só se desenvolverá em contexto e por meio da aprendizagem das relações de fonema-grafema. A autora ainda fala que essa concepção tradicional de alfabetização, própria dos métodos analíticos ou sintéticos, divide esses dois processos, em que a alfabetização é entendida como

sendo a aquisição do sistema convencional da escrita, onde primeiro precisa decodificar e codificar (ler e escrever) as palavras para, depois, atribuir práticas de letramento, como o desenvolvimento de habilidades textuais de leitura e de escrita, gêneros variados de textos e compreensão das funções que a escrita representa. “Na concepção atual, a alfabetização não precede o letramento, os dois processos são simultâneos, o que talvez até permitisse optar por um ou outro termo, como sugere Emilia Ferreiro em recente entrevista à revista Nova Escola” (SOARES, 2004, p.15).

Ao observar as escritas das OEs, podemos notar que aparece com bastante regularidade a referência de que a alfabetização deve estar articulada com o letramento: “A vivência da criança ao mundo letrado já auxilia muito nesta apropriação, cabendo aos professores elaborarem atividades que estimulem essa apropriação.” (OE8, 2013); “Através de atividades sistemáticas e contextualizadas, de reflexão e apropriação dos sistemas de escrita e leitura, inseridas no processo de letramento e alfabetização.” (OE15,2013)

SOARES (2005) ainda afirma que se tem tentado atribuir à alfabetização um significado bastante abrangente, que não se limita apenas à aprendizagem da leitura e da escrita, mas trata-se de um processo que se estende por toda a vida e que, a alfabetização, em seu sentido específico, é o processo de aquisição do código escrito das habilidades de leitura e escrita. A palavra alfabetização foi usada para denominar a aprendizagem inicial da língua escrita, processo de ensinar e/ou aprender o sistema da escrita para sanar os problemas das crianças e adultos analfabetos.

4. CONCLUSÕES

Com base nas análises realizadas, é possível considerar que as OEs ainda estão em processo de construção dos conhecimentos sobre o sistema de escrita alfabética. Ainda oscilam entre o que entendem sobre o sistema de escrita e como a criança se apropria dela. Assim, programas de formação precisam aprofundar a discussão entre teoria e prática, pois, como SFORNI (2012) diz, é a teoria que oferece ao professor maior domínio para a sua prática.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FERREIRO, E. & TEBEROSKY, A. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artes Médicas, [1984], 1999.
- _____. Reflexões sobre alfabetização. 24ª ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- GROSSI, E. P. Didática da alfabetização. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- LEMLE, M. Guia teórico do alfabetizador. 17ª ed. São Paulo: Ática, 2007.
- MORAIS, A. G. de. Ortografia: ensinar e aprender. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2008.
- MORAIS, A. G. Sistema de escrita alfabética. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012.
- MORAES, R. Análise de Conteúdo. Revista Educação, Porto Alegre, v.22/n.37/ p.7-32, 1999.
- SOARES, M. Um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- _____. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. Revista Brasileira de Educação. jan/abr. n. 25, 2004.
- _____. Alfabetização e letramento. São Paulo: Contexto, 2005.
- _____. SFORNI, M. S. F. Formação de professores e o conhecimentos teóricos sobre a docência. IN: LIBÂNEO, C. ALVES, N. (org.). Temas de Pedagogia: diálogos entre didática e currículo. São Paulo: Cortez, 2012.